

BRASIL, A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DO PÃO E CIRCO OU É SÓ IMPRESSÃO?

Sidney Soares Filho*

Sumário: 1. – Introdução; 2. – A Política do Pão e Circo em Roma; 2.1. – Período Monárquico; 2.2. – Período Republicano; 2.3. - Período do Império – Época do *panem et circenses*; 3. – Brasil em Síntese: A Realidade Social Brasileira; 3.1. – Dados Demográficos; 3.2. – Educação; 3.3. - Trabalho; 3.4. - Habitação; 3.5. - Contas Nacionais; 3.6. - A Corrupção Brasileira; 4. – Afinal, No Brasil, há ou não o pão e circo?; 4.1. - O Pão: Bolsa Família; 4.2. - O Circo: Futebol; 5. - Conclusão; 6. - Referências;

- **RESUMO:** Quando se estuda a história romana, em especial, durante o período imperial, é notória a semelhança que há, entre Roma e o Brasil, nos aspectos sociais. Em ambos, percebem-se problemas sociais – por que não dizer estruturais? -, como, por exemplo, o alto índice de desemprego e da taxa de analfabetismo, condições impróprias para uma moradia digna, a excessiva carga tributária imposta aos contribuintes e o excesso de corrupção nos gestores públicos. Assim, se questiona como o Império romano durou tanto tempo e, como os gestores públicos brasileiros governam sem, pelo menos, haver sinal de subversão social? A resposta está nas estratégias políticas. Em Roma, houve a denominada política do pão e circo, onde migalhas (pão e trigo) eram fornecidas gratuitamente à população e haviam espetáculos públicos em arenas, os gladiadores, para entreter a população, fazendo com que não ficassem revoltados com o seu desemprego e demais problemas sociais. Assim, no Brasil, percebe-se a aplicação – nas devidas proporções – dessa política, em que o governo, por meio de medidas assistencialistas e de jogos de futebol, as quartas e domingo, alienam a população brasileira em relação aos problemas da nação.
- **Palavras-Chaves:** Pão e Circo; Bolsa Família; Espectáculos de Futebol; Problemas Sociais
- **ABSTRACT:** When history is studied Roman, in special, during the imperial period, is well-known the similarity that have, between Rome and Brazil, in the social aspects. In both, are perceived social problems - why not to say structural? -, as, for example, the high index of unemployment and the tax of illiteracy, improper conditions for a worthy housing, the extreme tax burden imposed to the contributors and the excess of corruption in the public managers. Thus, if it questions as the Roman Empire lasted as much time and, as the Brazilian public managers governs without, at least, to have signal of social subversion? The reply it is in the strategies politics. In Rome, it had the called politics of the bread and circus, where crumbs (bread and wheat) were supplied gratuitously to the population and had public spectacles in enclosures for bullfighting, the gladiadores, to entertain the population, making with that they were not rebelled with its unemployment and too much social problems. Thus, in Brazil, it is perceived application - in the had ratios - of this politics, where the government, by means of assistencialistas measures and of games of soccer, the fourth and sunday, alienates the Brazilian population in relation to the problems of the nation.
- **Word-Key:** Bread and Circus; Stock market Family; Spectacles of Soccer; Social problems

* Advogado. Mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (Unifor); Professor da graduação e pós-graduação desta IES e Membro do Tutorial Acadêmico. É também docente da Faculdade Integrada do Ceará (Fic), do curso de pós-graduação da Faculdade Leão Sampaio e de alguns cursos preparatórios para concurso público. Especialista em Direito Público com área de concentração em Direito Constitucional pela Universidade Potiguar (UnP) e em Direito Processual pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Secretário da Fundação Escola Superior de Advocacia do Estado do Ceará (FESAC) e Membro da Comissão de Acesso à Justiça da OAB/Ce. Emaio do autor: sid_filho@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Na história de Roma, observam-se várias passagens que se destacam pela influência projetada no mundo atual, como a cultura, o latim, a mitologia, bem como as artes e a religião.

Entretanto, a política romana, também, merece destaque. Diante da expansão do império, aumentou, logicamente, o contingente populacional, desencadeando vários problemas sociais. Com o aumento territorial e a elevação no número de escravos, a população romana passou a ter que pagar excessivos tributos, associado à subida no índice de desemprego e analfabetismo.

Além disso, não havia mais moradias dignas para a maior parte da população. Muitos desses problemas ocorreram por conta de um governo extremamente corrupto, o qual priorizava o interesse privado em detrimento do público.

Para conter a possível revolta da massa populacional, os imperadores ampliaram a política do pão e circo iniciada por Otávio Augusto. Tratava-se de um golpe da gestão pública, no sentido de distribuir migalhas de pão e trigo para alimentar a população e promover diversos espetáculos públicos – lutas de gladiadores nas arenas – com o objetivo de entretê-los, para que ficassem alienados a real situação romana.

O Brasil vive um momento histórico muito parecido com o de Roma imperial. Isso, inclusive, levando em consideração os dados que o próprio governo fornece – muitas vezes desatualizados -, por meio de um órgão oficial, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas).

Observa-se que ainda é alta a taxa de desemprego e analfabetismo. Além disso, a maior parte da população tem renda entre 1 (hum) e 2 (dois) salários mínimo, o que, definitivamente, não é capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como ordena o Art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Some-se tudo isso às condições precárias de habitação de grande parte dos brasileiros e os constantes escândalos sobre corrupção, mas que logo são esquecidos pelo contingente populacional.

O curioso é que, mesmo com todos esses problemas sociais, assim como em Roma, no Brasil, não há sinalização alguma de movimentos subversivos da população contra o seu sistema de governo, corrupto, que prioriza muito mais o interesse privado – o dos seus próprios governantes – em detrimento ao interesse público.

Isso, talvez, aconteça, porque, no Brasil, ainda é aplicada – guardadas as devidas proporções – a política do pão e circo instituída e ampliada pelo governo romano. Entretanto, é de bom alvitre o comentário de que, independentemente da conclusão que se chegue com esse estudo, não se é contra às políticas

assistencialistas da máquina pública. Pelo contrário, sendo favorável a esse tipo de assistência, a crítica é tão somente no modo de sua efetivação, ou seja, por meio investimento maciço nas mesmas, com o esquecimento de aspectos sociais importantes, como a saúde, educação e a mão-de-obra qualificada.

Assim, neste ensaio, discorrer-se-á sobre a História Romana, fazendo um estudo, ainda que em síntese, dos principais aspectos sociais e políticos de cada período, Monárquico, Republicano e Imperial. Em seguida, abordar-se-á a realidade brasileira, enfocando, praticamente, as mesmas dimensões estudadas de Roma, como educação, trabalho, habitação e corrupção. Por fim, será analisado se a gestão pública brasileira atual representa (ou não!) a continuidade da política do pão e circo no Brasil.

2. A POLÍTICA DO PÃO E CIRCO EM ROMA

Para desenvolver um estudo sobre a política do pão e circo em Roma, necessário se faz, ainda que sucintamente, analisar a evolução romana, vez que, só assim, consegue-se entender de forma sistemática as razões e a aplicação dessa atitude governamental na gestão pública de Roma, intentando a pacificação social.

Sendo assim, nos próximos sub-tópicos discorrer-se-á sobre os períodos políticos de Roma, enfocando a suas principais características, até que se chegará nas razões históricas da política do pão e circo e no estudo de suas principais peculiaridades.

2.1 Período Monárquico

O início de Roma foi na região do Lácio, a qual era habitada por etruscos e latinos. Aqueles eram um povo com espírito expansivo, o que os fez se deslocar para a Europa, onde, chegando na Península Itálica, por volta do século VII a.C, fundaram Roma.

Os etruscos viram suas aldeias se transformarem em cidades, razão pela qual diz-se que eles foram os responsáveis pela primeira forma de governo em Roma, a monarquia, ou também chamada de período da realeza.

Durante a monarquia, o rei governava, acumulando as três funções precípua de um Estado naquele tempo, a executivas, judicial e religiosa. No âmbito legislativo ele tinha seus poderes limitados, já que os projetos de leis que eram apresentados por ele tinham que passar pela chancela de um colegiado, o Senado ou também chamado Conselho dos Anciãos. Aquele era composto por cidadãos idosos, os quais eram responsáveis pela chefia das maiores famílias do Reino. Sua principais funções eram propor novas leis e fiscalizar as ações do monarca.

Nessa época, a sociedade romana era formada basicamente por classes, que são as seguintes:

a) **PATRÍCIOS** – Representavam a aristocracia de Roma. São os cidadãos romanos proprietários de latifúndios, gados e escravos. Possuíam direitos políticos,

além de outras regalias como a de ter funções no exército, religião e na administração da cidade.

b) PLEBEUS – Representavam a maioria da população. Eram imigrantes que advindos das conquistas romanas, sendo dedicados ao comércio, artesanato e a agricultura. Eles eram livres – não eram escravos -, muito embora não fossem considerados cidadãos de Roma. Assim, não podiam participar da administração pública.

c) CLIENTES – No intuito de obter certa ascensão social estrangeiros ou plebeus se associavam aos patrícios. A associação era feita no sentido de se prestar serviços a estes, para que, como pagamento, fosse garantida a sua proteção econômica e social.

d) ESCRAVOS – Com a expansão romana haviam vários prisioneiros, os quais viravam escravos. Eram, portanto, os derrotados de guerras. Eles serviam para todo e qualquer tipo de serviço como os domésticos, a agricultura e o artesanatos. Não eram considerados sujeitos de direitos, sendo meros objetos de propriedade do seu Senhor, o qual tinha autonomia para castigá-lo, vendê-lo, alugar seus serviços e decidir sobre seu destino.

Essas eram as quatro classes sociais na época de Roma, havendo, como se pode perceber, uma verdadeira estratificação social, associada à hierarquização dos indivíduos, os quais, liderados pelo monarca, eram sucedidos, em ordem, pelos patrícios, plebeus, clientes e escravos.

Houve vários reis romanos, sendo os mais conhecidos os seguintes: Rômulo, Numa Pompílio, Túlio Hostílio, Anco Márcio, Tarquínio Prisco (o antigo), Sérvio Túlio e Tarquínio (o soberbo)

Muito embora houvesse um notório crescimento estatal no que diz respeito à riqueza, cultura e arte, no Reinado de Tarquínio, os patrícios se rebelaram contra o rei. Isso aconteceu pelo fato de os mesmos estarem exaustivamente cansados de suas decisões em favor dos plebeus.

Assim, após diversas revoltas, expulsaram o rei e estabeleceram a República, período este de também relevantes acontecimentos para o desenvolvimento e expansão da sociedade romana.

2.2 Período Republicano

A República romana durou dos anos 509 a.C até 27 a.C. Ela iniciou quando os patrícios se rebelaram contra o rei, derrubando assim o que se chamava de realeza romana. Sem o monarca para governar, o Senado se tornou o órgão máximo da República.

Com a República de Roma, os patrícios não mais colocaram um rei para governar, mas sim elegiam dois líderes, os quais atuavam com plena autoridade no que diz respeito aos assuntos civis, militares e religiosos. Eles governavam por um período de um ano, existindo dois tipos de cargos:

- a) CÔNSUL: Eram os eleitos que propunham leis, presidiam o Senado e as Assembléias.
- b) PRETOR: Tinham a função precípua e praticamente exclusiva de administrar a justiça.

Da mesma forma do que ocorria na monarquia, o Senado continuava a ser ocupado pelos patrícios e a Assembléia era formada pelos cidadãos pobres, os plebeus. Era sempre feito um plebiscito entre os cônsules e a Assembléia para tomar decisões.

A estratificação social antes demonstrada continuou, o que, naturalmente, fez surgir bastantes divergências entre patrícios e plebeus. Fato interessante é que a gênese da República fez aumentar a população de plebeus, pois, muito embora não fizessem parte da elite econômica – e muito menos política - de Roma, eram indispensáveis para a formação do exército romano.

Ora, não se poderia esperar mais nada, a não ser uma nova revolta, com a situação dos plebeus, o quais, sendo indispensáveis a segurança de Roma, não tinham o reconhecimento que esperavam, o qual era praticamente todo relegado aos patrícios.

Assim, os plebeus se recusaram a servir o exército, o que ocasionou um desfalque no poder militar de Roma. Após quase um século de luta dessa classe social por mais privilégios, eles conseguiram a prerrogativa de ter a sua representatividade através de dois TRIBUNOS DA PLEBE, os quais poderiam cancelar quaisquer decisões do governo que de uma forma ou de outra prejudicassem a plebe.

Outros privilégios conquistados pelos plebeus foram os seguintes:

- a) LEIS DAS DOZE TÁBUAS – Conjunto de normas jurídicas feitas para serem respeitadas por patrícios e plebeus. Ela não era suscetível a várias interpretações, o que evitava a violação das leis.
- b) LEI CANULÉIA - que permitia o casamento entre patrícios e plebeus.
- c) A PROIBIÇÃO DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA – Essa conquista foi bastante importante, pois muitos plebeus viravam escravos, ao terem que trabalhar a vida toda para pagar suas dívidas.

Com a fortificação do exército decorrente da ampliação dos privilégios aos plebeus, Roma passou a se expandir. A expansão romana foi bem rápida, o que acabou por ocasionar o domínio de toda a Península Itálica. Houve importantes e conhecidas guerras, como a que ocorreu na cidade de Cartago - localizada ao norte da África - , conhecidas como “Guerras Púnicas”.

Só para se ter ideia da vasta expansão romana, deve-se mencionar que, nas Guerras Púnicas, os romanos disputavam com Cartago o controle comercial do Mediterrâneo. Os oponentes dos romanos possuíam várias colônias na Córsega, Sardenha, Sicília e Península Ibérica. Assim, ao final da guerra, os romanos derrotaram

Cartago, e dominaram toda a extensa área que era alvo da desídia entre os dois povos.

Além disso, os romanos se expandiram pelo Mundo Antigo, dominando o Mediterrâneo Ocidental, que era a Península Ibérica e Gália, e o Mediterrâneo Oriental, que compreendia a Macedônia, Grécia e a Ásia Menor, não sendo a toa que eles chamavam o Mediterrâneo de “nosso mar”.

Com a extensa faixa terrestre dominada e a apropriação de riqueza e escravos de outros povos, Roma passou a ser luxuoso e requintado, fazendo com que aumentasse o número de plebeus e escravos, os quais não tinham condição alguma de arcar com uma sobrevivência digna ante aos absurdos preços dos alimentos e vestuários.

Assim, com o crescimento extraordinário de mendigos, novamente, Roma viveu uma revolução, a qual derrubou a República fazendo nascer o Período do Império, conforme se explicará a seguir.

Como não poderia deixar de ser, a transição da República para o Império foi marcada por lutas travadas entre o povo, que não mais queria se submeter aos seus superiores, e também entre os próprios generais. Destas batalhas, uniram-se Pompeu, Crasso e Júlio César, que formaram o primeiro triunvirato (governo de três pessoas), mas acabou com a disputa pelo poder de César e Pompeu, pois Júlio César acabou se tornando o único governante de Roma, o que o fez até sua morte em 44 a.C.

Após o falecimento do governante, estabeleceu-se o segundo triunvirato, composto por Marco Antônio, que cuidava do Oriente, Otávio, responsável pelo Ocidente e Lépido, o qual tinha responsabilidade sob as terras africanas.

Entretanto, pela disputa do poder, surgiu uma rivalidade entre Otávio e Marco Antônio, o qual queria formar um império no Oriente. Assim, Otávio com o apoio dos romanos, derrotou o rival, tornando-se o grande Senhor Roma, fazendo surgir, dessa forma, o período do império.

2.3 Período do Império – Época do *panem et circenses*

Esse período teve início no ano de 27 a.C. e durou até 476 d.C. Conforme foi dito, após a derrota de Marco Aurélio por Otávio, este acumulou poder, passando a se chamar Otávio Augusto, ou seja, Otávio divino, majestoso.

Em seu governo, o primeiro imperador romano acabou com os conflitos internos, fazendo com que todas as classes se adaptasse a essa nova forma de governo romana, daí porque seu governo ficou conhecido como o período da Pax (paz) romana. Além do controle da massa social, Otávio Augusto mantinha a paz com senadores, muito embora estes não fossem mais o detentor da última palavra nas questões de governo, conforme ocorreu nos outros períodos.

Outro feito glorioso do imperador em termos de gestão pública foi ter colocado os exércitos nas colônias, proibindo, inclusive, o excesso de exação. Além disso, Otávio Augusto instituiu a política do “pão e do circo” (*panem et circenses*), na qual eram concedidos alimentos aos pobres que vagavam por Roma e os dava uma

ocupação nos grandes espetáculos que ocupavam o tempo deles.

Saliente-se que, durante o governo de Otávio Augusto, nasceu Jesus Cristo, vindo a fundar o cristianismo, o qual teve vários adeptos no império. Otávio Augusto morreu em 14 d. C. Após sua morte, Roma passou pelas dinastias: Júlio-Claudiana, dos Flávios, dos Antoninos e por último a dos Severos.

O problema foi que todas as dinastias que sucederam Otávio Augusto desestruturaram o governo romano. Houve crises, aumento excessivo de tributos e diversas outras imoralidades administrativa. A massa social romana passou a ficar cada vez mais pobres, tendo em vista que passaram, ainda mais, a sustentar financeiramente a incosequência da gestão pública romana.

Sucessivamente a esse problema, a escravidão na zona rural fez com que vários camponeses perdessem o emprego e migrassem para a cidade, havendo, por conseguinte, um excesso demográfico urbano. Esse crescimento populacional nas zonas da cidade, por acabou gerando problemas sociais, tais como excesso de tributos, falta de alimentos para os plebeus e escravos, falta de condições mínimas para a subsistência humana e de empregos, excesso de corrupção e apropriação do dinheiro público, entre outros.

Como medida preventiva para conter a possível revolta populacional, foi ampliada a política do pão e circo, instituída por Otávio Augusto. Isso porque, ao invés de tão somente conceder alimentos aos pobres que vagavam por Roma e os dar ocupação nos grandes espetáculos circenses, passou-se, então, a, quase todos os dias, haver lutas de gladiadores – em sua maioria, presos de guerra - nos estádios, como o Coliseu, por exemplo, e, durante os eventos eram distribuídos alimentos, pão e trigo, principalmente.

Com essa política pública, o objetivo da alta sociedade de Roma – corrupta, diga-se! – obtinha êxito, pois, ao mesmo tempo em que a população se distraía e se alimentava, também, esquecia os problemas, ficando a iminência de uma rebelião em estado de eterna latência. Ocorria a distribuição mensal de pães e trigos no *Pórtico de Minucius*, o qual assegurava o alimento cotidiano, e a realização, praticamente, diária de espetáculos para entreter a massa de 150 mil homens desocupados.

Só para se ter ideia, o “golpe político”, por assim dizer, foi tão eficiente que o calendário romano chegou a ter 175 feriados por ano, no intuito de se promover cada vez mais espetáculos para a população romana, com o objetivo de fazer com que a população esquecesse os problemas sociais e não se rebelasse contra os governantes.

Em suma, a política do *panem et circenses* era feita, diante da corrupção do Império romano, do excesso de exação, da pobreza, da falta de empregos, educação e moradia dignos, entre outros problemas sociais, no sentido de distribuir migalhas como alimentos à população (pão e trigo) e de promover lutas entre gladiadores (espetáculos) para entreter a população, fazendo com que os mesmos esquecessem os problemas sociais e a misérias que estavam inseridos.

Portanto, o objetivo desse capítulo foi traçar um panorama geral da política romana do pão e circo, no intuito de se fazer um paralelo com a gestão pública brasileiro, afim de verificar se, no Brasil, há ou não a continuação do *panem et circenses*.

3. BRASIL EM SÍNTESE: A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Nos sub-tópicos a seguir, assim como foi estudado sobre Roma no capítulo anterior, será feita uma análise geral da situação social brasileira, no intuito de, ao final do presente trabalho, verificar se, no Brasil, há ou não a continuidade da política do pão e circo que existia no Império romano.

Saliente-se que se procurou trazer os dados mais atualizados possíveis, entretanto, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ainda guarda dados bem defasados, o que compromete a pesquisa que ora se intentou fazer

3.1. Dados Demográficos

Os censos populacionais, de acordo com o IBGE¹, “produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo”. Constituem assim um dado de referência sobre a situação social da população nos municípios.

O Brasil, de acordo com o censo de 2010², possui um total de 171.522.964 de habitantes, havendo um total de 5.565 municípios e aproximadamente 58 milhões de domicílios. Percebe-se, assim, um notório crescimento populacional, vez que o Brasil possuía 119.002.706 de habitantes em 1980, 146.825.475 em 1990, 157.070.163 em 1996 e 169.799.170 em 2000, conforme tabela a seguir:

População Total - 1980-2000

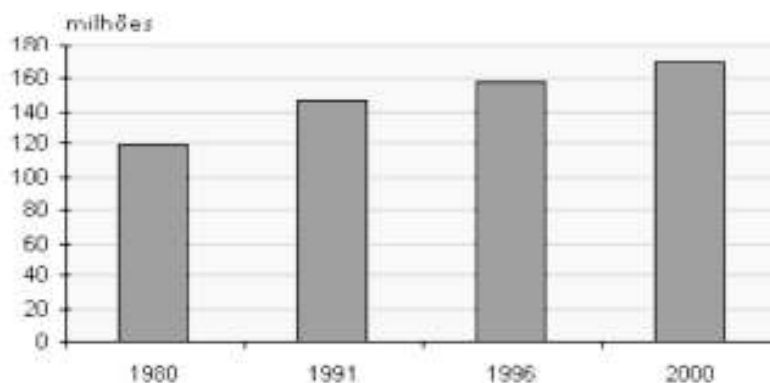


Gráfico 1 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.

¹ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm

² Dados retirados do sítio eletrônico <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados.php?ue=00> em 11/10/2010, referentes aos resultados preliminares até esta data do censo 2010, sujeitos a alterações.

Nota-se que, assim como ocorreu em Roma e em qualquer outro país, a população brasileira vem aumentando consideravelmente. Entretanto, o que realmente preocupa é o fato de o crescimento demográfico ensejar diversos problemas sociais, como a falta de educação, de trabalho, o aumento da despesa pública, entre outros.

Assim, nos sub-tópicos a seguir será feita uma análise, a mais atualizada possível, de como o Brasil tem se comportado no que diz respeito aos aspectos sociais que permitam às pessoas a terem uma condição de subsistência digna.

3.2 Educação

A taxa de analfabetismo, no Brasil, por mais que se note uma diminuição, ainda é alta, quando considerada o objeto de pesquisa, que foi as pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, conforme a tabela a seguir:

Educação									
Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo									
Grupos de anos de estudo	2006			2007			2008		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	10,2	10,3	10,2	10,1	10,2	10,1	10,1	10,2	10,0
1 a 3 anos	13,5	14,5	12,6	13,4	14,3	12,4	13,3	14,3	12,4
4 a 7 anos	30,8	31,7	30,0	29,3	30,1	28,6	29,3	30,1	28,6
8 a 10 anos	16,5	16,6	16,4	17,0	17,2	16,7	17,0	17,3	16,8
11 anos ou mais	28,8	26,8	30,7	30,0	27,9	31,9	30,1	28,0	32,0

Tabela 1 - FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.
(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

Percebe-se que a educação vem, vagarosamente, aumentando, de forma que, por exemplo, o grupo de população que permaneceu sem estudo ou com menos de 1 ano de instrução foi, praticamente, constante no triênio em estudo (2006 a 2008), sendo 10,2 % (dez vírgula dois por cento) em 2006 e 10,1 % (dez vírgula hum por cento) em 2007 e 2008, havendo, assim, uma redução de tão somente 0,1% (zero vírgula hum por cento) de pessoa que saíram do patamar “sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução”.

De toda sorte, esse número é mais expressivo quando se compara a taxa de analfabetismo, comparando homens e mulheres. Percebe-se que houve uma redução de 10,8% (dez vírgula oito por cento) de analfabetos homens para aproximadamente 10,5% (dez vírgula cinco por cento) e de 10,2% (dez vírgula dois por cento) de mulheres para 9,8% (nove vírgula oito por cento), no triênio em questão. A tabela a seguir

mostra, graficamente, os números dessa redução:

Taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais 2006-2008

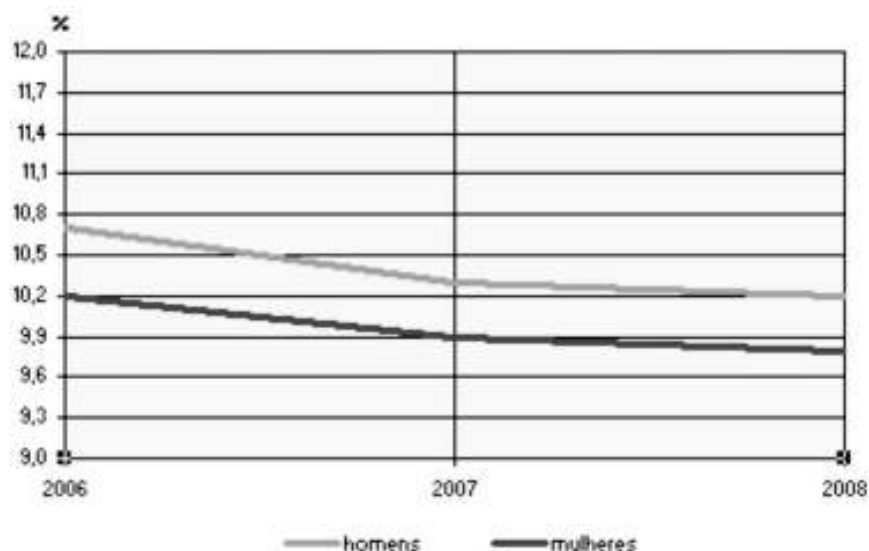


Gráfico 2 - Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios.

Assim, por mais que tenha havido redução no analfabetismo do povo brasileiro, é notório que os investimentos nesse setor não são expressivos e muito menos devidos, conforme demonstra o ínfimo decréscimo percentual apresentado de acordo com as tabelas acima apresentadas.

3.3 Trabalho

Sobre o trabalho do povo brasileiro, a estatística é inglória. Isso porque, ainda no que diz respeito ao triênio 2006 a 2008, nota-se que, em relação às pessoas que auferem até metade do salário mínimo brasileiro, presumindo, portanto, que vivem em situação de verdadeira miserabilidade, a redução foi tão somente de 0,1% (zero vírgula um por cento). Assim o é, pelo fato de, em 2006, essas pessoas representarem 9,9% (nove vírgula nove por cento) dos brasileiros e, em 2008, chegarem ao patamar de 9,8% (nove vírgula oito por cento).

Mais uma vez, portanto, nota-se o escasso investimento público, nas áreas sociais. A mesma redução percentual - 0,1% (zero vírgula um por cento) – foi visto em relação ao analfabetismo, o que se há de convir não ser, de modo algum, satisfatório a países ditos “em desenvolvimento” como o Brasil.

Todos esses dados podem ser confirmados pelo sítio eletrônico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), conforme se depreende a seguir:

TRABALHO			
Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho	2006	2007	2008
Total	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 salário mínimo	9,9	8,4	9,8
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	21,2	19,3	19,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	29,5	30,7	31,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	10,5	11,6	11,6
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7,4	8,3	8,9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6,3	6,3	5,4
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,2	2,3	2,1
Mais de 20 salários mínimos	0,8	0,8	0,7
Sem rendimento (1)	10,9	10,4	9,4
Sem declaração	1,4	1,7	1,8

Tabela 2 - Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
(1) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Pela análise da tabela, percebe-se ainda que houve uma redução, entre outras, das pessoas sem rendimento e das que auferem entre 1 a 2 salários mínimos, havendo, por conseguinte majoração em 1,5% (hum vírgula cinco por cento), de 2006 à 2008, das pessoas que tem renda entre 1(hum) e 2 (dois) salários mínimos.

A observação acima exposta fica mais clara com o exame do gráfico abaixo. Ele retrata a distribuição das pessoas ocupadas de 10 ou mais anos de idade, por classes de rendimento no trabalho principal, considerando o triênio 2006-2008. Conforme foi dito, percebe-se uma pequena redução nas pessoas sem rendimento e nas que recebem até meio salário mínimo e uma elevação dos indivíduos que auferem de 1 (hum) a 2 (dois) salários mínimos.

Distribuição das pessoas ocupadas de 10 ou mais anos de idade, por classes de rendimento no trabalho principal - 2006-2008

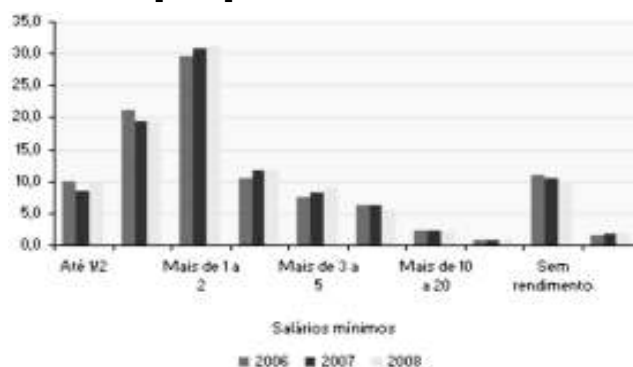


Gráfico 3 – Fonte IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Com a tabela e tendo em vista tudo que foi explicado no presente trabalho, nota-se que a desigualdade social - em que poucos auferem rendas maiores e muitos, rendas menores -, continua, no Brasil, representando uma verdadeira discrepância frente ao princípio da isonomia.

Cabe ressaltar, ainda, que, no período de 2003 a 2007, a taxa de desemprego brasileiro sofreu um decréscimo de, pouco mais, 2% (dois por cento), mostrando novamente que os indicadores sociais, no âmbito brasileiro, não se mostram tão favoráveis à política pública brasileira.

A tabela a seguir mostrará de forma mais clara a taxa de desemprego do povo brasileiro no período de 2003 a 2007.

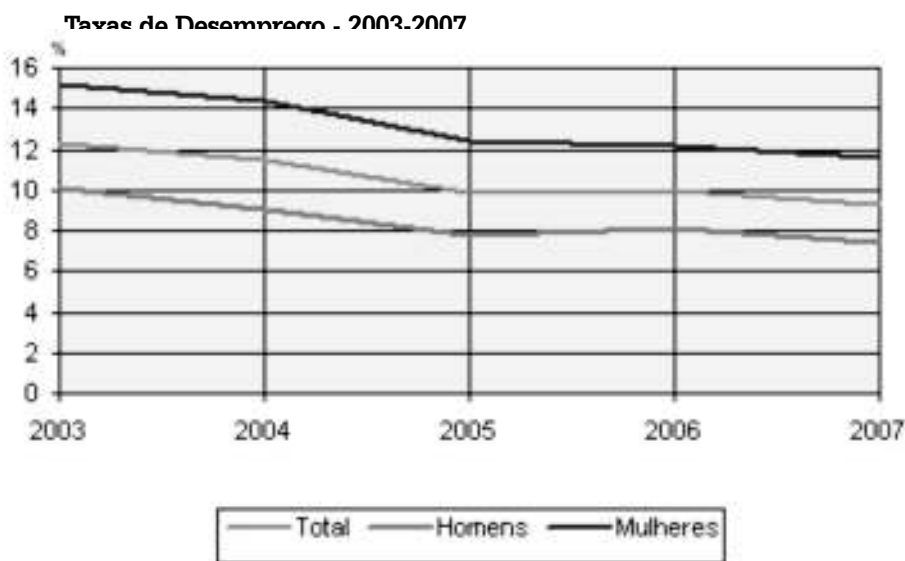


Gráfico 4 - IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

Nota-se, ainda, que o nível de desemprego do sexo masculino, representando, em 2007, 12% (doze por cento), é bem superior que o das mulheres, já que, no mesmo período, é um pouco abaixo de 8% (oito por cento).

3.4 Habitação

De acordo com dados do IBGE, em 2007, de um total de, aproximadamente, 55 milhões de domicílios, 16,7% (dezesesseis vírgula sete por cento) dos domicílios brasileiros não possuem Rede geral de abastecimento d'água e 26,4 (vinte e seis vírgula quatro por cento) não tem Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica). Entretanto, no mesmo ano, tão somente 1,8% (hum vírgula oito por cento) das residências brasileiras não possuem energia elétrica.

Por mais que não sejam tão significativos os percentuais de residências do Brasil abastecidas com água e esgotamento sanitário adequado, o ideal seria que 100% (cem por cento) dos brasileiros pudessem ter uma condição digna de subsistência.

Aliás, é de bom alvitre fazer o alerta de que todos os dados aqui trazidos devem ser interpretados de forma global. Não se pode analisar as condições de habitação, sem levar em consideração o crescimento demográfico, a taxa de analfabetismo, o nível de instrução dos brasileiros, assim como outros aspectos sociais relevantes para se compreender a verdadeira situação do Brasil.

Esses e outros dados sobre as condições de habitação das moradias brasileiras podem ser analisados na tabela a seguir.

TABELA 3 - FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006-2007.

HABITAÇÃO		
	2006	2007
Domicílios particulares permanentes	54 610 413	56 344 188
Existência de algumas características (%)		
Rede geral de abastecimento d'água	83,2	83,3
Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica)	70,6	73,6
Coleta de lixo	86,6	87,5
Iluminação elétrica	97,7	98,2
Telefone	74,5	77,0

Com os dados trazidos na tabela citada, percebe-se que o Brasil, em relação à habitação, pode-se considerar um país em desenvolvimento. Não é de todo desenvolvido, pelo fato de ser inadmissível que, em pleno século XXI, pessoas ainda vivam sem condições de saneamento básico e desprovidas do abastecimento de água.

3.5 Contas Nacionais

Segundo a Lei n.º 12.214, de 26 de Janeiro de 2010, que estima a receita e fixa a despesa no âmbito Federal para o exercício financeiro de 2010, a União prevê que sua arrecadação será, para este ano (2010), no montante de R\$ 1.860.428.516.577,00 (um trilhão, oitocentos e sessenta bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentos e dezesseis mil e quinhentos e setenta e sete reais) e a despesa será de igual valor.

Desse exorbitante valor, já foram arrecadados R\$ 510.185 milhões, no período de janeiro a agosto de 2010, conforme dados da Receita Federal do Brasil³ a seguir demonstrados. O espantoso é o fato de, contabilizada a arrecadação de mais da metade do ano, ainda não se está nem na metade do valor estimado para a receita estimada da União Federal. Saliente-se, inclusive, que a maior parte desse dinheiro advém da cobrança de tributos.

De toda sorte, em 2009, de acordo com a mesma fonte, foi arrecadado um valor de 497.386.311.862,9 (quatrocentos e noventa e sete bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões, trezentos e onze mil oitocentos e sessenta e dois reais e nove centavos). Ora, como a maior parte do dinheiro público é adquirido pela cobrança de tributos, percebe-se que o governo tende a aumentar a tributação, já que intenta, no ano de 2010, arrecadar bem mais do que o exorbitante valor adquirido em 2009.

Para fazer um comparativo entre os citados anos, utilizar-se-á a tabela abaixo.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: JANEIRO A AGOSTO - 2007 A 2010
(A PREÇOS DE AGOSTO/10 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

MÊS	ARRECADAÇÃO				VARIÇÃO (%)		
	2010	2009	2008	2007	2010 2009	2010 2008	2010 2007
JAN	74.758	65.788	70.936	59.102	13,64	5,39	26,49
FEV	54.366	48.031	54.292	49.254	13,23	0,17	10,42
MAR	60.041	56.602	57.240	53.160	6,08	4,89	12,94
ABR	71.246	61.024	66.697	59.848	16,75	6,82	19,04
MAI	61.145	52.462	55.849	53.109	16,55	9,48	15,13
JUN	61.518	56.679	61.283	57.215	8,54	0,38	7,52
JUL	68.000	61.396	67.754	58.617	10,76	0,36	16,01
AGO	62.721	54.367	58.808	56.400	15,32	6,65	11,21
TOTAL	513.816	456.369	492.859	446.706	12,59	4,25	15,02

Tabela 4 – Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/ResultadoArrec/2010/default.htm>

³ <http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/ResultadoArrec/2010/default.htm> acessado em 11/10/2010 às 18h.

Em uma breve análise da tabela acima, percebe-se que, no quadriênio 2007 a 2010, levando em considerações os meses de Janeiro a Agosto, o ano de 2010 foi, indubitavelmente, o que mais arrecadou. Isso representa, diferentemente do que dizem as políticas de governo dos gestores públicos, um aumento na exação.

Para se ter noção do excesso de carga tributária no Brasil, segundo estimativas de 2007 do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o Imposto de Renda, que é apenas um dos tributos, obriga o brasileiro a trabalhar 146 dias por ano (4 meses e 26 dias) somente para sustentar o Estado.

E para onde vai todo esse dinheiro? Foi visto que toda a estimativa de receita do Brasil é equivalente a sua despesa, ou seja, tudo que se ganha tem que se gastar. Porém, não seria um tanto ilógico já fixar um gasto público sem saber nem se efetivamente irá arrecadar esse valor? Sem dúvida, seria.

Os questionamentos expostos são somente alguns pontos que os brasileiros devem se perguntar, mas infelizmente, não se escuta com tanta frequência debates sobre esses assuntos. Muito pelo contrário, é bem mais fácil ouvir discussões, conversas – violentas ou não – sobre futebol, do que mesmo as pessoas lembrarem em que votaram para vereador ou deputados nas últimas eleições.

Entretanto, antes de tecer considerações sobre esse assunto e discorrer se, definitivamente, o Brasil dá ou não continuidade à política do pão e circo, necessário se faz discorrer um pouco sobre a corrupção brasileira, destino de muito do dinheiro arrecadado do trabalho dos brasileiros.

3.6 A Corrupção Brasileira

O Brasil é um dos países mais corruptos do mundo. Prova disso é que no Índice de Percepções de Corrupção de 2009 ele está em 75º em um ranking de 180 países avaliados². Trata-se de um indicador de opiniões sobre corrupção em países, produzido anualmente pela organização não-governamental Transparency International. Aos países são atribuídos uma nota de 0 a 10, sendo listados em ordem classificatória, formando um ranking.

Abaixo, pode-se constar um gráfico fornecido pela mencionada ONG sobre o Índice de Percepção de Corrupção no mundo:

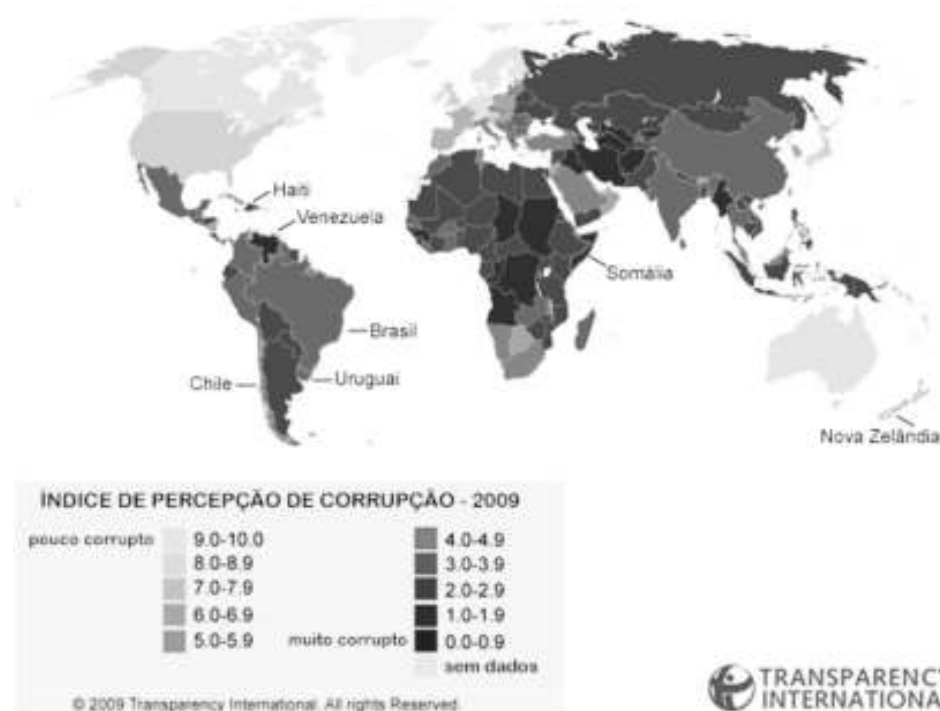


Gráfico 5 – Fonte <http://www.transparency.org/>

Constantemente, são vistos escândalos sobre a corrupção brasileira a perder de vista tantos exemplos que poderiam ser citados, como o caso envolvendo o governador afastado do Distrito Federal, José Roberto Arruda, o Mensalão e o mais novo escândalo do governo Lula que ficou conhecido como caso Erenice Guerra .

É até óbvia a presunção do grande número de corrupção no Brasil. A começar pelo alto custo das campanhas políticas. São milhões gastos em cada período eleitoral, o que, somado, dá bem maior do que a remuneração do gestor público durante todo o seu mandato. A campanha eleitoral é cara por conta do tamanho dos distritos eleitorais, associada a uma cultura entre mercantilista de que as empresas devem fazer doações a políticos de todas as tendências, como forma de garantir favores do governo.

Então, significa que as pessoas se candidatam, tem desgastes financeiros e emocionais, para auferir como remuneração menos do que gastou na campanha? É por óbvio que não; seria uma utopia considerar essa assertiva como verdadeira.

Ainda que a Lei nº 11.300/2006, a qual promoveu alterações na Lei nº 9.504/97, que regula a realização das eleições no País, tenha trazido a obrigatoriedade aplicada a candidatos, comitês financeiros e partidos políticos de divulgarem relatórios parciais com os saldos de receitas e despesas da campanha eleitoral, infelizmente, a fiscalização é bastante precária, o que faz haver, sem dúvida, discrepância entre o que está no documento e o que efetivamente foi gasto.

A título de exemplo, só o governador (re)eleito para o cargo de Governador do Estado do Ceará, o Sr. CID FERREIRA GOMES, divulgou ao Tribunal Superior Eleitoral que gastou, em sua campanha política, o equivalente a R\$ 1.482.679,99 (hum milhão quatrocentos e oitenta e dois mil seiscentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos)⁴. Ressalte-se que esse numerário é apenas parcial, podendo haver alterações.

É mais do que necessário salientar que o fato de aqui se ter citado o referido gestor público foi tão somente a título de exemplo. De modo algum, quer-se dizer que o mesmo está envolvido em corrupção – muito embora haja notícias jornalísticas sobre exatamente esse assunto⁵.

Assim, conforme se pode perceber, a população brasileira acredita viver num país extremamente corrupto, sendo, até mesmo fácil, presumir a corrupção no Brasil. Então, novamente pergunta-se, por que não se verificam tantos movimentos sociais contra as políticas públicas brasileiras ou, no mínimo, mais discussões sobre a gestão do governo do que outros assuntos?

No capítulo a seguir, finalizando o presente trabalho, será feita uma análise da conjuntura social do Brasil em comparação com o de Roma, para, finalmente, saber se, nesse país, há ou não a continuidade da política do pão e circo brasileira.

1. AFINAL, NO BRASIL, HÁ OU NÃO O PÃO E CIRCO?

No decorrer deste ensaio, foi procedida uma varredura, ainda que em síntese, da história romana. Percebeu-se que, durante a decadência do Império romano, em meio a crises sociais, decorridas frente a escassez de emprego, as condições sub-humanas de sobrevivência nos abrigos, desprovidos de qualquer tipo de saneamento e, principalmente, diante da alta corrupção dos gestores públicos, foi ampliada a política do *panem et circenses*, instituída por Otávio Augusto.

Com essa, diga-se, golpe da gestão pública, havia a distribuição mensal de pães e trigos no *Pórtico de Minucius*, o qual assegurava o alimento cotidiano, e a realização, praticamente, diária de espetáculos para entreter a massa de 150 mil homens desocupados. Assim, o objetivo dos gestores de fazer com que a população não se revoltasse em face da má administração da coisa pública, fazendo um verdadeiro pacto de latência em que o povo, em troca de migalhas e diversão, não se revoltava com o governo, e este continuava com a sua gestão egoísta, beneficiando bem mais os interesses privados, do que o próprio clamor público.

Em relação ao Brasil, em suma, foi visto que, atualmente, possui um total de 171.522.964 de habitantes, havendo um notório crescimento populacional. No que diz respeito à educação e ao trabalho, viu-se que, no triênio 2006 a 2008, houve um ínfimo decréscimo, de 0,1% (zero vírgula hum por cento), no número de analfabetos e de desempregados. Sobre a habitação brasileira, percebeu-se que 16,7% (dezesesseis vírgula sete por cento) dos domicílios brasileiros não possuem Rede geral de

⁴ <http://www.transparency.org/>

⁵ <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/candidatoServlet.do>

abastecimento d'água e 26,4 (vinte e seis vírgula quatro por cento) não tem Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica).

Por fim, assim como na época do Império romano, discorreu-se sobre um alto nível de corrupção no Brasil, o qual ocupou, em 2009, o 75º lugar em um ranking de 180 países avaliados.

Nota-se, assim, que há certa semelhança – lógico, guardadas as devidas proporções – entre a situação social de Roma, na época do Império, e do Brasil atual, em que existe um alto índice de corrupção, analfabetismo e desemprego.

Pergunta-se, portanto, por qual motivo se verifica tanta alienação política do povo brasileiro? Por que as pessoas estão bem mais interessadas em outros assuntos, do que na própria gestão pública? Será que, assim como se deu no Império romano, no Brasil, há a política do pão e circo, sendo essa a razão da não mobilização da sociedade, em massa, em face das atrocidades feitas pela gestão pública?

São esses e outros questionamentos que se tentará responder, convidando o leitor a uma reflexão sobre a situação atual do Brasil.

4.1 O Pão: Bolsa Família

O Bolsa Família é benefício assistencial, consistente num programa de transferência de renda para famílias que preencherem certas condições. Foi criado pelo Governo Lula, em 2003, com ajuda de Marconi Perillo, então governador de Goiás pelo PSDB, com o intuito de integrar ao Fome Zero e os antigos programas criados no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, como o “Bolsa Escola”, o “Auxílio Gás” e o “Cartão Alimentação”.

Visando reduzir a pobreza, Esse programa é um mecanismo condicional de transferência de recursos, consistindo em uma ajuda financeira às famílias pobres, definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 70,01 até 140,00 e extremamente pobres com renda per capita até R\$ 70,00. Para a obtenção desse benefício é necessário que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados.

Há quatro tipos de benefícios, o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário, cada um com suas peculiaridades, conforme se observará a seguir⁶:

a) O Benefício Básico, de R\$ 68, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens.

b) O Benefício Variável, de R\$ 22, é pago às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 66.

⁶ A título de exemplo cita-se o link

<http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/10/03/cid-gomes-diz-denuncias-de-corrupcao-foram-momento-mais-dificil-da-campanha-922688824.asp> acessado em 11/10/2010 às 19:15

c) O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 33, é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 66.

d) O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) é pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família cause perdas financeiras. O valor do benefício varia de caso a caso.

Os benefícios, em certos casos, se cumpridas os requisitos para a sua concessão, podem ser acumulados, chegando a um valor máximo de R\$200,00 (duzentos reais) para famílias que auferem renda de até R\$70,00 (setenta reais) e até R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais) Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa.

Até setembro de 2010, a União Federal já despendeu R\$10.662.932.502,00 (dez bilhões seiscentos e sessenta e dois milhões novecentos e trinta e dois mil e quinhentos e dois reais), beneficiando 12.769.155 (doze milhões setecentos e sessenta e nove mil cento e cinquenta e cinco) família, de acordos com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁶.

Além dos Bolsa Família, há outros programas assistenciais, como o ProJovem, os Benefícios de Prestação Continuada – LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), por exemplo – e o Cartão Alimentação. Entretanto, de todos eles, o Bolsa Família é o que mais causa polêmica no âmbito nacional.

Nota-se que o crescimento demográfico urbano gerou, gera e continuará gerando problemas sociais. Assim, o governo, ao invés de tomar medidas sensatas, no intuito de fazer diminuir o desemprego e o analfabetismo, cria, como gestão escancaradamente eleitoreira, benefícios em que há a transferência de recursos a famílias brasileiras, sem a necessidade de uma contraprestação que, efetivamente, as faça valorizar o numerário auferido por meio do programa.

O Bolsa Família tem a real vantagem de possibilitar o trabalhador a não aceitar mais condições sub-humanas de emprego. Entretanto, trata-se de um programa que trai o próprio governo que a instituiu, pelo fato de não incentivar o emprego formal. Isso porque é bem mais cômodo para um brasileiro ganhar cem ou duzentos reais, tendo o trabalho de, quando muito, apenas mandar seus filhos ao colégio, do que trabalhar durante um mês inteiro e auferir o numerário de hum salário mínimo, ou seja, R\$510,00 (quinhentos e dez reais).

Além de não incentivar o emprego, esse benefício assistencial faz aumentar o desemprego informal. Ora, se as pessoas tiverem devidamente formalizadas em seus empregos, provavelmente, ultrapassará a renda mínima exigida para a concessão do numerário, o que faz, então, com que elas não mais procurem por empregos ou, se efetivamente os buscarem, faz com que as mesmas façam questão de estar na informalidade.

Neste ensaio, portanto, chega-se a conclusão de que o Programa Bolsa Família é equivalente ao “pão” da política do *panem et circenses* romana. Isso porque, conforme visto anteriormente, as condições sociais brasileiras não são boas, e há medidas públicas, como o referido benefício assistencial, destinadas, muito mais, a manter a população calma e evitar que as massas populares se rebellem, do que propriamente tentar melhorar o padrão de vida da comunidade brasileira.

O motivo, portanto, de dar dinheiro ao povo, sem uma contraprestação que efetivamente os façam valorizar o numerário auferido, é o mesmo dos imperadores ao darem pão aos romanos. Enquanto o Brasil está permeado de corrupções e outras imoralidades, a população fica distraída com mensalidades gratuitas.

É de bom alvitre o comentário de que o Bolsa Família e outras medidas assistenciais deveriam ser associados a investimentos na educação, saúde, e na qualificação da mão-de-obra, com cursos profissionalizantes e universidades gratuitas de qualidade para os jovens. Entretanto, nota-se que, cada vez mais, o governo aumenta os recursos dos programas de assistência, diminuindo os investimentos em setores da gestão pública que realmente seriam importantes para o aumento da qualidade de vida brasileira.

4.2 O Circo: Futebol

Até o presente momento, foram trazidas diversas semelhanças entre as questões sociais romanas, durante o Império, e o Brasil atual. Viu-se, no sub-tópico anterior, que os programas assistenciais, em especial, o Bolsa Família é equivalente ao pão, na política *panem et circenses*. Assim, enquanto há diversos problemas sociais associados à uma gestão pública extremamente corrupta, mensalidades gratuitas são distribuídas à população, medida esta que controla a massa popular, fazendo com que não haja revoltas nem subversões públicas.

Em Roma, entretanto, além da distribuição de pão, para dar mais efetividade ao objetivo de controlar a massa social, praticamente, todo dia existiam espetáculo: gladiadores, em sua maioria, escravos de guerra, lutavam pelas suas vidas em arenas, como o Coliseu.

Será que, no Brasil, há espetáculos públicos com certa habitualidades capazes de entreter a população, para fazê-la esquecer, entre outros aspectos sociais, que seu salário mínimo, na maioria das vezes, de R\$510,00 (quinhentos e dez reais) não é capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como ordena o Art. 7º, IV, da Constituição Federal? É lógico que há, o futebol.

Semanalmente, às quartas-feiras e aos domingos, em todo o Brasil, partidas de futebol. Uma informação que não precisa ser provada, pois está “na cabeça de toda a nação” é o fato de todos – prefiro dizer a maioria – dos brasileiros serem apaixonados por este esporte.

Para se ter noção, até no sítio eletrônico do Ministério do Esporte⁷, há um “link” denominado Assessoria Especial, onde se tem informações sobre esse esporte. Há, inclusive, a “Timemania”, sendo esta uma loteria, criada pelo governo federal, com o objetivo de injetar nova receita nos clubes de futebol.

No Portal da Transparência do referido Ministério não há o valor exato gasto com o futebol, pois é divulgado o numerário investido nos esportes em geral. Entretanto, não é, de modo algum, novidade no sentido de haver investimentos milionários, completamente discrepante da realidade brasileira, a começar pelo salário de um jogador de futebol que alcança cifras mensais que a maioria dos trabalhadores brasileiros não irão auferir com seus rendimentos de uma vida inteira.

Assim, ao invés dos circos romanos com gladiadores lutando em arenas, no Brasil, existem os estádios de futebol e seus times milionários. Pelo fato de serem apaixonados por este esporte, comparecem semanalmente aos estádios, às quartas e aos domingos.

Portanto, com políticas como o Bolsa Família e espetáculos freqüentes de diversão, tal qual acontecia no Império Romano, os brasileiros esquecem os problemas sociais, como a sua condição indigna de moradia, sendo sua única preocupação os resultados das partidas.

A saída desta dependência é a educação, e as escolas existem em nosso país, mas há muito que melhorar. Os alunos deveriam sair do Ensino Médio com uma profissão ou com condições e oportunidades de cursar o nível superior gratuitamente, e assim garantir seu futuro e de seus descendentes. Proporcionar educação de qualidade é um dever do estado, é nosso direito, mas estamos acomodados e acostumados a ver estudantes de escolas públicas sem oportunidades de avançar em seus estudos, e consideramos o nível superior como algo para poucos e privilegiados (apenas 5% da população chega lá). Precisamos mudar nossos conceitos e ver que nunca é tarde para exigirmos nossos direitos.

Somente com educação e cultura os brasileiros podem deixar de precisar de doações e assim, se desligar desse vínculo com o “pão e circo”, pois estes são os meios para reduzir a pobreza. Precisamos de governos que não se aproveitem das carências de seu povo para obter crescimento pessoal, e sim que deseje crescer em conjunto.

2. CONCLUSÃO

No presente ensaio, perceberam-se as semelhanças existentes nas questões sociais entre o Império romano e o Brasil atual. Isso porque durante a época imperial de Roma, em especial, no período de sua decadência, havia crises sociais, resultadas pela escassez de emprego, as condições sub-humanas de sobrevivência nos abrigos, desprovidos de qualquer tipo de saneamento e, principalmente, diante da alta corrupção dos gestores públicos e da excessiva carga tributária cobrada.

Já, no Brasil, em síntese, há um total de 171.522.964 de habitantes, que, em sua maioria, vivem no âmbito urbano. Com o crescimento demográfico das cidades,

problemas sociais surgiram e continuam a surgir. No que se refere à educação e ao trabalho, por exemplo, no triênio 2006 a 2008, houve um ínfimo decréscimo, de 0,1% (zero vírgula hum por cento), no número de analfabetos e de desempregados, de acordo com dados do IBGE.

A questão é tão séria que nem o próprio instituto brasileiro de estatística – o mencionado IBGE - divulgou, até a feitura deste trabalho, os dados brasileiros sobre os aspectos sociais de 2009 e 2010 tratados no presente ensaio.

Ainda sobre o Brasil, em relação à habitação, percebeu-se que 16,7% (dezesesseis vírgula sete por cento) dos domicílios brasileiros não possuem Rede geral de abastecimento d'água e 26,4 (vinte e seis vírgula quatro por cento) não tem Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica). Sem falar na carga tributária excessivamente cobrada pelos gestores públicos. Sabe-se, inclusive, que o Brasil ocupa, em 2009, o 75º lugar no ranking do Índice de Percepção (populacional) de Corrupção produzida anualmente pela organização não-governamental Transparency International.

Portanto, nota-se a semelhança nos aspectos sociais entre o Império romano e o Brasil atual, no sentido de que, em ambos, havia uma alta prevalência do interesse particular – dos governantes, óbvio! – em detrimento do público, fazendo com que existam sérios problemas sociais e bastante corrupção.

Entretanto, o curioso é se perguntar por qual motivo Roma perdeu por tanto tempo quando do Império e, no Brasil, os gestores públicos governam, com as condições ora expostas, sem nenhuma sinalização de movimento de subversão das massas sociais? Aliás, por que as pessoas, em sua maioria, são alienadas politicamente, preferindo muito mais assuntos como futebol e novela, em detrimento das questões sociais da atualidade de seu país?

A resposta é simples. O Brasil aplica a mesma política – lógico, guardadas as devidas proporções – do *panem et circenses* (pão e circo) instituída em Roma, na qual havia a distribuição mensal de pães e trigos, que assegurava o alimento cotidiano da massa populacional, e a realização, praticamente, diária de espetáculos para entreter os desempregados e os fazerem esquecer dos problemas social.

E como essa política é aplicada no âmbito brasileiro? É bem simples, com políticas assistenciais como o Bolsa Família, em que mensalidades são pagas à famílias brasileiras com baixa-renda, com uma contraprestação ínfima, a de, no máximo, assegurar que seus filhos frequentam as escolas – em sua maioria desestruturadas – públicas; e a de incentivar a paixão dos brasileiros, o futebol, como forma de entretê-los e fazê-los esquecer que seu salário mínimo, na maioria das vezes, de R\$510,00 (quinhentos e dez reais) não é capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como ordena o Art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Com a política, então, de dar o pão de cada dia, com direito, inclusive, à cachaça diária, e de entreter os brasileiros com espetáculos públicos, o governo

consegue manter sua política corrupta, em sua maioria, de preservar o interesse particular em detrimento do público.

Por fim, cabe, novamente, o comentário de que aqui não se é contra o Bolsa Família ou qualquer outra política assistencial. O que se intenta criticar é o objetivo da gestão pública, o de alienar os brasileiros. Tais políticas seriam mais eficientes se fossem associados com um investimento maciço em educação, saúde e aperfeiçoamento da mão-de-obra, pois de nada adianta obrigar as pessoas a irem a escola, se não há estrutura ou professores idôneos a formarem um consciência política nos alunos ou mesmo a prepará-los para o mercado de trabalho.

3. REFERÊNCIAS

Livros

BRASIL, **Lei 12.214/10**, 26 de janeiro de 2010. Publicada no Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 26, jan. 2010.

FUSTEL, de Coulanges, **A cidade antiga : estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma**. São Paulo: R. dos Tribunais, 2003.

GARRAFFONI, Renata Senna. **Bandidos e salteadores na Roma antiga**. São Paulo: Annablume, 2002

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. Porto Alegre: Companhia das Letras, 2001

JAMES, Simon. **Roma antiga**. São Paulo: Manole, 1994

SALVADÓ, Albert. **O anel de Átila : um romance sobre o declínio do Império Romano**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Sítios eletrônicos (acessados dia 11 e 12 de outubro)

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados.php?ue=00> em 11/10/2010, referentes aos resultados preliminares até esta data do censo 2010

<http://www.transparency.org/>

<http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/10/03/cid-gomes-diz-denuncias-de-corrupcao-foram-momento-mais-dificil-da-campanha-922688824.asp> acessado em 11/10/2010 às 19:15

<http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.prestacaoconta2010/candidatoServlet.do>

<http://www.esporte.gov.br/assessoriaEspecialFutebol/default.jsp>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/home/>

<http://www.mds.gov.br/>

<http://www.esporte.gov.br/>

<http://www.artigonal.com/politica-artigos/a-politica-do-pao-e-circo-584140.html>

<http://www.artigonal.com/politica-artigos/a-politica-do-pao-e-circo-584140.html>